

Uma história não contada

Waldir José Rampinelli*

Nos arredores de Boston, em uma lápide no parque nacional se lê a inscrição: “Aqui jaz uma mulher índia, uma wampanoag, cuja família e tribo entregaram suas vidas e suas terras para que esta grande nação pudesse nascer e prosperar”. Muitos cidadãos estadunidenses, gente decente e bem intencionada – diz Noam Chomsky – desfilam continuamente junto a esta tumba, lendo o epitáfio sem exibir a mínima reação, quando não um sentimento de satisfação pela homenagem prestada a esta pobre gente. Talvez não fizessem o mesmo diante de um Auschwitz ou Dachau. O genocídio dos nativos – cuja população girava em torno de 12 a 15 milhões de pessoas por volta de 1492 – se estendeu mais tarde aos negros, sem esquecer a opressão e a exploração da classe dominante aos brancos pobres, às mulheres e às crianças. No plano externo, com as guerras os Estados Unidos não apenas conquistaram 55% do território mexicano, como se apoderaram de domínios e ilhas espanholas, obrigaram a França a vender a Luisiânia e impuseram, baseados em suas mais diversas doutrinas, uma hegemonia sobre a América Latina.

O historiador Howard Zinn mostra *A outra história dos Estados Unidos*, a que não é ensinada nas escolas e universidades e tampouco escrita nos livros e revistas. “Se a história tem que ser criativa – para assim antecipar um possível futuro sem negar o passado – deveria, creio eu, se centrar nas novas possibilidades baseando-se no descobrimento dos fatos esquecidos do passado, nos quais, ainda que seja só em breve pinceladas, as pessoas mostraram uma capacidade para a resistência, para a unidade e, ocasionalmente, para a vitória” (p. 21). Ao se referir à Declaração de Independência, redigida por Thomas Jefferson e proclamada em 4 de julho de 1776, afirma que, embora ela enunciasse “que todos os homens são criados iguais, que seu Criador lhes dá certos direitos inalienáveis, entre outros o da Vida, o da Liberdade e o da Felicidade”, ocorreu, no entanto, que uma grande maioria de estadunidenses foi claramente excluída destas conquistas, como os índios, os negros, os brancos pobres e as mulheres. A estes foram oferecidas as aventuras e as recompensas do serviço militar para que lutassem por uma causa que talvez nunca sentiram como própria.

Persiste até hoje nos Estados Unidos uma verdadeira mitologia em relação aos Pais Fundadores da Pátria. Segundo Zinn, eles não buscavam o equilíbrio de poder, mas sim um mecanismo que desse o total controle à classe dominante da época. “O certo é que não queriam um equilíbrio igualitário entre escravos e patrões, entre os sem terras e os latifundiários, entre os índios e os brancos” (p. 82). Os Fundadores não levaram em conta as mulheres, que significava a metade da população, nem sequer foram mencionadas na Declaração de Independência e estiveram ausentes da Constituição, sendo a parte invisível da nação.

A Guerra Civil (1861-1865), apresentada como a da abolição da escravidão, teve um objetivo fundamental, qual seja, o de transferir mais poder aos ricos do norte, de modo especial aos monopólios. “Um governo assim”, afirma Zinn, “não aceitaria que fora uma revolta que pusera fim à escravidão. Só se acabaria com a escravidão em termos ditados pelos brancos, e somente quando o exigissem as necessidades políticas e econômicas da elite empresarial do

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Norte. Foi Abraham Lincoln quem combinou com toda a perfeição as necessidades do empresariado, a ambição do novo Partido Republicano e a retórica do humanismo” (p. 142). Uma vez libertos, os negros tiveram que se alistar no exército e na marinha. No entanto, já na década de 1870, quando eles começaram a se organizar para exigir seus direitos civis, a oligarquia branca do sul usou de seu poder econômico para preparar grupos racistas com práticas terroristas, como a Ku Klux Klan. No centenário da independência (1876), uma “Declaração Negra da Independência” denunciou o Partido Republicano que antes havia merecido sua confiança na busca da liberdade, conclamando os votantes negros a assumir uma posição política independente. A Declaração, entre outras coisas, dizia que o sistema atual “apresentou ao mundo o absurdo espetáculo de uma terrível guerra civil pela abolição da escravidão negra enquanto a maioria da população branca [os brancos pobres] – aquela que criou a riqueza da nação – se vê obrigada a sofrer uma escravidão muito mais dolorida e humilhante” (p. 182).

A outra guerra civil é o termo utilizado por Zinn para analisar o incremento da luta de classes nos Estados Unidos ao longo de todo o século XIX, totalmente ausente dos livros de história (cap. 10). Juntamente com a industrialização aparecem os operários que vão incrementar o conflito capital *versus* trabalho. As greves são uma constante não apenas por salário, mas também por redução de jornada laboral e direito à sindicalização.

Algumas categorias, como as feministas que se organizaram nos locais de trabalhos, passaram a fazer greves exigindo não apenas salário igual para a mesma tarefa realizada, como também o fim da opressão sexual. Muitas delas se aliaram aos negros, enquanto alguns sindicatos de trabalhadores brancos exigiam que os trabalhadores de cor criassem os seus, na luta pela desigualdade racial e de gênero.

A busca por uma sociedade mais justa – identificada como socialista – foi intensa no final do século XIX e principalmente no XX dentro dos Estados Unidos (cap. 13). Escritores famosos, como Upton Sinclair, Jack London, Theodore Dreiser, Frank Norris e outros defendiam publicamente o socialismo ao mesmo tempo em que atacavam violentamente o capitalismo. Uma parcela dos trabalhadores, dando-se conta de que a raiz de sua miséria estava no sistema capitalista, começou a trabalhar por um novo tipo de sindicato. Em junho de 1905, na cidade Chicago, cerca de duzentos socialistas, anarquistas e sindicalistas radicais de todas as partes dos Estados Unidos fundaram o Industrial Workers of the World (IWW) que faria um grande trabalho na organização de um sistema alternativo ao capitalismo.

Embora as mulheres tenham conseguido o direito ao voto, apenas em 1920, após a aprovação da Décima Nona Emenda Constitucional, muitas delas, como Emma Goldman, tinham claro que apenas o sufrágio universal não ajudaria a mulher na busca de sua emancipação. Era fundamental continuar a luta – dizia Goldman – reafirmando sua personalidade, tendo direito sobre seu corpo, negando-se a ter filhos a não ser que os deseje, recusando-se a ser uma empregada de Deus, do Estado, da sociedade, de seu marido, de sua família, enfim, fazendo sua vida mais simples, porém mais rica e profunda. Somente isto e não o voto libertará a mulher (p. 255).

O Estado foi o grande propulsor do sistema capitalista nos Estados Unidos. Para isto criou toda uma estrutura que possibilitasse a existência de uma classe dominante que gerasse o lucro a partir do mecanismo da mais-valia explorando o trabalho dos imigrantes irlandeses, alemães, italianos, chineses e, posteriormente, judeus e gregos. A Corte, o Congresso e o Executivo atuaram em perfeita consonância na consecução deste objetivo. Já em 1893, um juiz do Supremo Tribunal – David J. Brewer – dirigindo-se ao Colégio de Advogados do estado de Nova Iorque disse que “é uma lei invariável que a riqueza da comunidade esteja nas mãos de uns poucos” (sic). O governo, por sua vez simulando neutralidade para manter a

ordem, foi servindo aos interesses dos ricos. O mesmo aconteceu com os partidos políticos, o Republicano e o Democrata. Um acordo entre os dois – que possibilitou a eleição de Rutherford Hayes, em 1877 – defendia que, ganhando um ou outro, já não haveria mudanças significativas na política nacional.

O governo protegeu a indústria nacional de suas concorrentes estrangeiras, facilitou o surgimento dos monopólios, buscou mercados cativos para compra de matérias-primas e vendas de produtos e lançou mão, principalmente no final do século XIX e início do XX, de estratégias como o pan-americanismo, o *big tick*, a diplomacia do dólar e a boa vizinhança para avançar sobre a América Latina.

As reformas de Roosevelt para salvar o capitalismo da grande crise foram importantes, mas não fundamentais. Na realidade, foi a Segunda Guerra Mundial que debilitou a velha militância trabalhista dos anos trinta, já que o conflito passou a gerar milhões de novos empregos com salários mais altos. O *New Deal* só havia reduzido o desemprego de 13 para 9 milhões de pessoas. Além disso, a guerra aumentou o patriotismo e a união de todas as classes para derrotar os inimigos externos, enfraquecendo assim a luta contra os monopólios e as greves por melhorias salariais.

Zinn termina seu livro mostrando que o Vietnã foi a primeira grande derrota do império global estadunidense no pós-Segunda Guerra Mundial, o que se deveu à luta dos camponeses revolucionários e ao movimento de protestos dentro dos Estados Unidos. Analisa os novos movimentos de mulheres, negros, índios e carcereiros nos anos 1960 e 1970. Mostra como Watergate, com a saída de Nixon, deixou intacto o sistema, tanto que as multinacionais atuaram na queda de vários governos, principalmente na América Latina. Comenta o trabalho da Agência Central de Inteligência e da Comissão Trilateral, esta criada para favorecer a união entre Japão, Europa Ocidental e Estados Unidos na luta, não contra o comunismo monolítico, mas sim contra os movimentos revolucionários do Terceiro Mundo que questionavam o sistema capitalista. Não deixa de falar de Carter-Reagan-Bush e o consenso bi-partidista.

Sem dúvida trata-se de um grande livro para conhecer uma história que sempre nos foi contada de outra maneira. A obra foi escrita em poucos anos, mas o seu autor conta com mais de vinte de pesquisa e ensino e tantos outros de participação em movimentos sociais.